



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

### SENTENÇA

Processo nº: **1012674-85.2016.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Embargos À Execução - DIREITO CIVIL**  
 Embargante: **Guiomar Olivatto Me e outro**  
 Embargado: **Banco do Brasil S/A**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

GUIOMAR OLIVATTO ME, ROGERIO OLIVATTO ORLANDO, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Embargos À Execução em face de Banco do Brasil S/A, também qualificado, alegando excesso de execução na medida em que o valor devido com a incidência de juros de 1% ao ano e multa de 2%, perfaz o valor de R\$ 141.763,11, valor muito aquém do cobrado pelo embargado, na medida em que o embargado teria aplicado taxas juros superiores ao legal, conforme preceitua o artigo 192 da Constituição Federal, pontuando que a partir do disposto no art. 4º do Decreto 22.626/33 e do art. 591 do novo Código Civil, estaria vedado mesmo às instituições financeiras a cobrança de juros e encargos de forma capitalizada, salientando que a comissão de permanência deva observar o limite pactuado no contrato e a multa contratual não superar o limite legal de 2%, de modo que requereu a revisão do contrato firmado com o banco embargado, para que sejam afastadas as capitalizações diárias e mensais dos juros, aplicando-se à taxa anual de 12% (1% ao mês), e ainda o valor da multa seja limitado a 2% e a comissão de permanência não ultrapasse a taxa pactuada do contrato.

O embargado deixou de apresentar impugnação.  
 É o relatório.

DECIDO.

Não obstante a falta de resposta do banco embargado, cumpre considerar que a matéria discutida seja exclusivamente de direito e tenha, naquilo que respeita a fatos, na prova documental juntada a estes autos e aos autos da execução, suficientes elementos a permitir o conhecimento do mérito, afastando-se as presunções decorrentes da falta de resposta, até porque, vale lembrar, a despeito da revelia, *os documentos juntados com a contestação intempestiva devem permanecer nos autos para que sejam levados na consideração que merecerem* (cf. STJ-4ª Turma REsp. 556.937-SP, rel. Min. Barros Monteiro in THEOTÔNIO NEGRÃO 1, de modo que, “A presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor em face à revelia do réu é relativa, podendo ceder a outras circunstâncias constantes dos autos, de acordo com o princípio do livre convencimento do juiz” (STJ-4ª Turma, REsp. 47.107-MT, rel. Min. César Rocha in THEOTÔNIO NEGRÃO 2).

No mérito, temos seja matematicamente impossível verificar-se a cobrança de juros capitalizados no contrato em discussão, pois como se vê da leitura da referida *Cédula de Crédito /bancário* nº 029.512.181 (fls.25/36), seu pagamento está pactuado para ser realizado em



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

60 parcelas mensais no valor de R\$ 4.231,44, circunstâncias em que não existe capitalização de juros, atento a que, conforme entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, “*no contrato de financiamento, com previsão de pagamento em parcelas fixas e pré-fixadas, não existe capitalização de juros*”(cf. Ap. nº 0184777-34.2011.8.26.0100 - 20ª Câmara de Direito Privado TJSP - 08/04/2013 <sup>1</sup>).

E assim é porque “*em tal modalidade de contrato os juros são calculados e pagos mensalmente na sua totalidade, de modo que não sobram juros para serem acumulados ao saldo devedor, para, em período seguinte, serem novamente calculados sobre o total da dívida*” (cf. Ap. nº 0002143-73.2010.8.26.0369 - 13ª Câmara de Direito Privado TJSP - 27/06/2012 <sup>2</sup>).

Quanto a uma possível cobrança de juros remuneratórios em taxas acima da média do mercado, não há se falar em abusividade ou ilicitude, pois “*Consoante firmado no voto condutor do REsp 1061530/RS, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/10/2008, DJe 10/03/2009, o simples fato de a taxa de juros remuneratórios contratada superar o valor médio do mercado não implica seja considerada abusiva, tendo em vista que a adoção de um valor fixo desnaturaria a taxa, que, por definição, é uma "média", exurgindo, pois, a necessidade de admitir-se uma faixa razoável para a variação dos juros*” (cf. AgrReg. No AI nº 135.547/RS – 3ª Turma STJ – 06.03.2012 <sup>3</sup>).

E tampouco poderá pretender-se a limitação dos juros a 12% ao ano, discussão que de superada há tanto tempo induz a uma manifesta má-fé da parte em utilizar o argumento, que resta manifestamente protelatório.

Ocorre que “*A Súmula Vinculante nº 07, em dezembro de 2008, decidiu definitivamente a questão, não sendo mais cabível, portanto, qualquer discussão sobre eventual limitação legal para os juros a serem cobrados pelo banco*”, e não obstante referida Súmula tenha sido editada em data posterior à data do contrato em análise, “*tem inteira aplicação, ante o fato de que não possui a mesma natureza que a "Lei", sendo inaplicável à Súmula, o princípio da irretroatividade*” (cf. Ap. nº 9083073-38.2005.8.26.0000 - 24ª Câmara de Direito Privado TJSP - 05/05/2011 <sup>4</sup>).

A propósito, é o seguinte, o teor da referida Súmula: “*a norma do §3º do artigo 192 da constituição, revogada pela emenda constitucional nº 40/2003, que limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano, tinha sua aplicação condicionada à edição de lei complementar*”.

A mora dos embargantes, portanto, é real.

Os embargos são, portanto, improcedentes, e dado seu caráter manifestamente protelatório, impõem-se aos embargantes o encargo de arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 20% do valor da dívida, atualizado, prejudicada a execução dessa sucumbência enquanto durarem os efeitos da assistência judiciária gratuita, que ora se defere.

Isto posto JULGO IMPROCEDENTES os presentes embargos à execução, opostos por GUIOMAR OLIVATTO ME, ROGERIO OLIVATTO ORLANDO contra Banco do Brasil S/A, em consequência do que CONDENO os embargantes ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 20% do valor da condenação, atualizado, prejudicada a execução dessa sucumbência enquanto durarem os efeitos da assistência judiciária gratuita, que ora se defere.

<sup>1</sup> [www.esaj.tjsp.jus.br](http://www.esaj.tjsp.jus.br).

<sup>2</sup> [www.esaj.tjsp.jus.br](http://www.esaj.tjsp.jus.br)

<sup>3</sup> [www.stj.jus.br/SCON](http://www.stj.jus.br/SCON)

<sup>4</sup> [www.esaj.tjsp.jus.br](http://www.esaj.tjsp.jus.br)



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

Publique-se. Intimem-se.

São Carlos, 24 de abril de 2017.

**Vilson Palaro Júnior**

Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI  
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**